



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

ANO DE 2011

ACTA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL
DO DIA 03 DE NOVEMBRO DE 2011

N.º 17/2011



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO REALIZADA NO DIA TRÊS DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E ONZE

Aos três dias do mês de Novembro, do ano de dois mil e onze, nesta cidade de Valongo, edifício dos Paços do Concelho e sala das reuniões da Câmara Municipal, reuniram os Excelentíssimos Senhores:

Presidente	Dr. Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo
Vice-Presidente	Dr. João Paulo Rodrigues Baltazar
Vereadores	Dr. ^a Maria Trindade Morgado do Vale
	Dr. Arnaldo Pinto Soares
	Dr. José Luís da Costa Catarino
	Dr. ^a Luisa Maria Correia de Oliveira
	Dr. José Joaquim da Silva Miranda
	Dr. ^a Maria José Baptista de Moura Azevedo
	Eng. ^o João Ruas Moreira

Foi declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente quando eram dez horas e quinze minutos.

Foi justificada as ausências dos Senhores Vereadores, Dr. Afonso Lobão e Dr. José Pedro Panzina que se fizeram substituir.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

REUNIÃO ORDINÁRIA
DE 2011.11.03

AGENDA DE TRABALHOS

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- ◇ Intervenção dos Membros da Câmara;
- ◇ Operações de Tesouraria.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - Aprovação das actas de 29.09.2011 e 04.10.2011.

DCTPHJD – Departamento da Cultura, Turismo e Património Histórico, Juventude e Desporto

2 - Proposta de realização de protocolos culturais com as Associações Concelhias – 2ª fase”

Valongo, 28 de Outubro de 2011

O Presidente da Câmara.

(Dr. Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo)



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

REUNIÃO ORDINÁRIA
DE 2011.11.03

ADENDA À AGENDA DE TRABALHOS

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

◇

◇

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 -

DCTPHJD – Departamento da Cultura, Turismo e Património Histórico, Juventude e Desporto

2 -

DF – Departamento Financeiro

3 - Revogação da deliberação datada de 20.10.2011.

Adenda ao contrato de empréstimo para saneamento financeiro, com a Caixa Geral de Depósitos, no montante de 12.500.000,00€. Alteração das cláusulas contratuais.

Valongo, 31 de Outubro de 2011

O Presidente da Câmara.

(Dr. Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo)



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA CÂMARA

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. Fernando Melo**, cumprimentando os presentes.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Luís Catarino**, perguntando qual a posição dos eleitos do Partido Social Democrata relativamente a notícias que envolviam o Município de Valongo e que em nada o prestigiavam, nomeadamente a questão da venda de um terreno em Alfena e do julgamento de um funcionário da Câmara Municipal.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Maria José Azevedo**, cumprimentando os presentes.

Cumprimentou a Senhora Vereadora o Senhor Presidente da Câmara pelo regresso ao serviço e às reuniões de Câmara, desejando continuação das melhoras.

Solicitou a Senhora Vereadora cópia do acordo e do contrato de arrendamento celebrado pelo Município para instalação do anterior Tribunal Judicial de Valongo, bem como do documento de rescisão do contrato de arrendamento.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. Fernando Melo**, dizendo que a Câmara Municipal limitava-se a pagar a renda do edifício e posteriormente o Ministério da Justiça transferia a verba para a autarquia.

Interveio o Senhor Vereador, **Eng.º João Ruas**, cumprimentando os presentes.

Disse o Senhor Vereador que tinham passado dois anos desde o início do mandato e questionava muitas vezes o que tinha sido feito nos dois primeiros anos de actividade municipal, chegando à conclusão que os problemas económicos não tinham tido uma tentativa de resolução eficaz, pois o Saneamento Financeiro arrastava-se ao longo do tempo e a situação económica do Município complicava-se cada vez mais, o que, disse, era muito preocupante.

Disse o Senhor Vereador que havia um novo paradigma de gestão autárquica, perguntando o que tinha feito o Executivo para se adaptar a esse novo paradigma, acrescentando que nada tinha sido feito ao nível da adaptação da macroestrutura da Câmara e que à medida que a situação económica se ia agravando, os problemas da Câmara iam sendo adiados.

Disse que a situação da Câmara Municipal o preocupava e que todos os membros da Câmara deveriam em conjunto encontrar as melhores soluções para os problemas, preocupando-o também a perspectiva de que nos dois anos que ainda restavam de mandato, houvesse um continuar do arrastar dos problemas, o que, disse, era muito mau para uma gestão municipal.

Mais disse o Senhor Vereador que as crises eram muito más, mas também eram bons palcos para se tomar medidas que poderiam custar um pouco a algumas pessoas, mas evitariam decisões muito mais melindrosas, que poderiam passar pelo despedimento de trabalhadores, julgando que deveriam ser



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

tomadas medidas imediatas relativamente à estrutura da Câmara, que, disse, não precisava de estudos, pois havia indicadores sobre a matéria.

Mais disse que sabia que o Executivo se preocupava com os problemas da Câmara, mas essa preocupação não transparecia, pois não eram apontadas soluções, acrescentando que os eleitos pela Coragem de Mudar estavam empenhados e disponíveis para encontrar as melhores soluções para um melhor futuro do Município de Valongo e da Câmara Municipal.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, cumprimentando os presentes.

Disse que na reunião de Câmara anterior, o Senhor Vereador, Dr. José Pedro Panzina, tinha alertado para a existência de uma obra, a decorrer na orla da A41, em Alfena, numa zona que não era de passagem, mas apenas visível da A41, informando o Senhor Vice-Presidente que no dia seguinte à reunião, tinha sido feita uma visita ao local pela fiscalização municipal e verificado que estavam a ser feitos trabalhos de terraplenagem, levada a cabo pela empresa de terraplenagens “Vítor & Ferreira, Lda”, e, no seguimento dessa verificação, tinha sido determinado o embargo das obras, acrescentando que não tinha sido possível proceder à comunicação do embargo pessoalmente, uma vez que não se encontrava ninguém na obra, tendo sido feita notificação postal.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Maria José Azevedo**, perguntando se as obras estavam paradas.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que as obras estavam paradas e não se encontrava ninguém no local.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Maria José Azevedo**, dizendo que conviria que a fiscalização municipal passasse regularmente no local, acrescentando que seria necessário proceder à demolição das obras realizadas sem licença.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que as obras estavam paradas e que não havia ninguém no local que pudesse ser notificado do embargo, acrescentando que a fiscalização tinha-se deslocado ao local em horário de expediente e que faria visitas regulares ao local da obra.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Maria José Azevedo**, propondo que a fiscalização se deslocasse à obra em horários descontraídos, de forma a perceber se o embargo estava a ser respeitado.

Disse a Senhora Vereadora que não bastava um embargo e que as obras tinham de ser demolidas, uma vez que tinham sido efectuadas sem licença.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que as obras tinham de ser imediatamente embargadas, acrescentando que quando as obras eram legalizáveis, havia a



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

possibilidade de legalização, independentemente de haver embargo e aplicação de coimas, e quando não havia possibilidade de legalização, eram demolidas e reposta a situação normal.

Mudando de assunto, informou o Senhor Vice-Presidente da actividade realizada pela Protecção Civil Municipal. Disse que em Dezembro de 2009, tinha-se registado grandes inundações em Ermesinde, junto ao colégio de Ermesinde, e que desde então tinham sido detectados pontos críticos que tinham sido intervencionados pela Câmara Municipal de forma preventiva, com resultados muito positivos.

Informou o Senhor Vice-Presidente que na sequência de um acordo celebrado no final de 2010, entre a Câmara Municipal, Governo Civil do Porto, a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e a Universidade do Porto, estava em elaboração o Plano Municipal de Segurança Rodoviária, documento que, disse, envolvia os serviços de Protecção Civil e de vias e arruamentos.

Referiu que a Protecção Civil tinha colaborado com as escolas do concelho e com o Centro Social de Alfena ao nível da preparação dos Planos de Prevenção e Emergência e medidas de auto-protecção e que em matéria de prevenção de cheias e inundações, tinha sido montado um dispositivo, onde todas as Juntas de Freguesia colaborariam, a par das corporações de bombeiros e das forças políticas, e que era imediatamente activado em situações de alterações climáticas importantes, tendo sido identificados todos os locais considerados críticos, para que fossem monitorizados, acrescentando que estava a ser desenvolvido um plano de acção para que no momento em que fosse detectada qualquer anomalia, todos soubessem como agir.

Mais disse que em 2011 tinham ardido 61 hectares de floresta e 785 hectares em 2010, sendo a média dos últimos dez anos de 380 hectares, sublinhando que em 2011 tinha havido uma redução muito significativa ao nível de área ardida e que se tinha verificado menos de metade das ignições detectadas no ano anterior.

Mais disse que tinha havido uma colaboração muito estreita com a Protecção Civil por parte de duas superfícies comerciais em Valongo, nomeadamente o Pingo Doce que tinha fornecido refeições para o almoço dos bombeiros que tinham integrado as equipas de combate a incêndios florestais durante o período crítico, e o Continente de Valongo, que tinha fornecido a água que era distribuída durante os incêndios florestais, agradecendo o Senhor Vice-Presidente o apoio dado por aquelas empresas.

Continuando a sua intervenção, disse que tinham sido encetados contactos com a concessionária do estacionamento de duração limitada com vista a ser encontrado um modelo que permitisse acautelar que em casos de urgência, os bombeiros não fossem autuados se estacionassem as suas viaturas pessoais em estacionamento de duração limitada.

Disse o Senhor Vice-Presidente que em 2010 tinha havido quase duas dezenas de pedidos para apoio na queima de resíduos e em 2011 mais de sessenta, o que significava, disse, que começava a haver uma relação próxima entre os habitantes do concelho de Valongo e os Serviços Municipais de Protecção Civil e a haver a percepção de que havia regras e cuidados a observar na realização de queimadas.

Relativamente à gestão das faixas de combustível, disse que das 75 parcelas que tinham sido fiscalizadas em 2011, 41 tinham sido geridas voluntariamente, sublinhando que naquela matéria, Valongo estava à frente de qualquer outro concelho da Área Metropolitana.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Agradeceu o Senhor Vice-Presidente a colaboração prestada pelo Clube Hípico de Valongo que, em conjunto com o Instituto Português da Juventude e a Protecção Civil da Câmara Municipal de Valongo, tinham elaborado um programa de vigilância a cavalo na serra de Pias que tinha sido considerado um exemplo.

Mais disse que tinham sido limpos 10 hectares de faixas laterais de rede viária e que uma vez que o ponto de água existente junto à Senhora dos Chãos tinha perto cabos de alta tensão e tinha um acesso difícil, estavam a ser construídos dois novos pontos de água, um deles junto à empresa Retria, em Sobrado, que não teria custos para a Autarquia, e teria capacidade para reabastecimento de helicópteros ligeiros, médios e pesados, e outro na serra de Pias, em Campo.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, cumprimentando os presentes.

Disse o Senhor Vereador que o concurso para análise da macroestrutura estava encerrado e seria assinado o contrato com a empresa a quem tinha sido adjudicado o estudo, acrescentando que o prazo de execução era de quarenta e cinco dias e contava na segunda quinzena de Dezembro apresentar à Câmara os resultados do estudo.

Disse que o concurso para realização das auditorias à Vallis Habita, Águas de Valongo e ao estacionamento de duração limitada encontrava-se na fase de audiência prévia, e que o concurso de energia eléctrica seria publicado no Diário da República, faltando publicar no jornal oficial da União Europeia para ser colocado na plataforma electrónica de procedimentos concursais, acrescentando, ainda, que o concurso para fornecimento de seguros terminaria no dia 11 de Novembro.

Disse o Senhor Vereador que estavam a decorrer obras de reconstrução do aqueduto da ponte dos Arcos, em Campo, e que até final do mês de Janeiro de 2012 seria feita a recuperação do muro de areão.

Mais disse que tinha havido a preocupação de resolver o problema de drenagem de águas pluviais, estando a ser aberta uma caixa junto do Fórum de Ermesinde, informando que, se as condições climatéricas o permitissem, a obra estaria concluída em três semanas.

Continuando a sua intervenção, disse o Senhor Vereador que havia um novo paradigma de actuação municipal, e que a Câmara ia dando resposta às necessidades do Município, através da realização de obra por trabalhadores da Câmara Municipal, nomeadamente na Rua Ribeiro Teles, onde tinha sido construída uma rotunda e seriam colocadas guias de granito em toda a extensão dos passeios, até à Vila Beatriz, acrescentando que se tratava de uma obra com algum significado e peso económico que estava a ser feita por trabalhadores da Câmara Municipal.

Disse, ainda, que os transportes escolares estavam a ser efectuados, em parte, por trabalhadores e com meios da Câmara Municipal.

Mais disse que tinham sido terminadas as obras de construção de escolas, nomeadamente de Mirante de Sonhos, Moirais, Campelo e Retorta, o que significava que tinha havido uma preocupação muito grande de utilização e de rentabilização de recursos humanos.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Trindade Vale**, cumprimentando os presentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Disse a Senhora Vereadora que os membros da Câmara andavam tão empenhados em fazer o seu trabalho que, por vezes, esqueciam-se da responsabilidade de dar informação sobre a actividade que desenvolviam nas suas áreas de actuação.

Disse que a acção social era uma das áreas que tinha pouca visibilidade, mas tinha sido feito muito trabalho nos últimos dois anos, nomeadamente, tinha sido aprovado um projecto inovador de criação de um mediador municipal que trabalharia nos empreendimentos de habitação social com as famílias de etnia cigana.

Disse que em Janeiro de 2011 tinha arrancado o programa Pas – Programa de Acção Social – que contava com várias valências, estava em curso o Plano de Emergência Alimentar, através do qual eram fornecidas em média 160 refeições diárias às famílias mais carenciadas, sinalizadas pelos técnicos de intervenção social, e estava em funcionamento a Loja Social, que dava roupa, calçado, alimentos, mobílias e electrodomésticos a pessoas carenciadas, sublinhando que tinha sido conseguido dar resposta à maior parte dos pedidos, devido à ajuda das pessoas de boa vontade do concelho.

Mais disse que o Banco de Voluntariado estava em constante crescimento e que ao nível de Habitação Social continuava a haver intervenções junto da população carenciada, estando também disponível para os idosos o serviço de tele-assistência “Valongo em linha”.

Continuando a sua intervenção, disse a Senhora Vereadora que a Rede Social do concelho funcionava com parcerias efectivas, tendo sido definida a meta de ser concluído o Projecto Educativo Municipal até 2014.

Disse que, pela primeira vez, estava a decorrer em Alfena um projecto-piloto com a componente de apoio à família, em articulação com o agrupamento e a escola.

Mais disse a Senhora Vereadora que estava a decorrer o projecto “Vamos ao Baile”, aos domingos à tarde, onde os idosos tinham possibilidade de se divertir, e tinham sido recentemente inauguradas três academias para os seniores do concelho, nomeadamente em Alfena, Campo e Sobrado, que contavam com 185 participantes em aulas de música, dança, inglês e informática.

Realçou, ainda, a Senhora Vereadora a importância dos protocolos celebrados com ginásios particulares do concelho que, disse, em muito tinham ajudado na concretização do objectivo de apoio a idosos.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo, relativamente às notícias publicadas em órgãos de comunicação social sobre a aquisição e transacção de terrenos na freguesia de Alfena, que a Câmara Municipal estava totalmente disponível para colaborar, de forma a eliminar qualquer tipo de dúvida, tendo ele tomado a iniciativa de enviar um ofício ao detentor legal dos terrenos, um fundo pertencente a um banco, para que se pronunciasse sobre as notícias que tinham vindo a público.

Relativamente à notícia sobre um processo em tribunal relativamente a um director de departamento da Câmara Municipal, disse o Senhor Vice-Presidente que os eleitos pelo Partido Social Democrata não alinhariam em julgamentos públicos, acrescentando que tinha sido o que o jornalista tinha decidido escrever. Disse que o julgamento estava agendado havia muito tempo e que deveria aguardar-se com serenidade o seu final, sublinhando que as pessoas eram inocentes até julgado em contrário e que



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

embora politicamente fosse mais fácil “sacudir a água do capote”, era necessário haver muita serenidade e seriedade.

Mudando de assunto, disse o Senhor Vice-Presidente que o novo paradigma de actuação municipal não era somente uma questão de poupança, porém, era vital estancar e resolver o problema financeiro do Município.

Disse que no passado tinham sido construídos vários equipamentos culturais, numa época em que todas as Câmaras Municipais tinham meios financeiros para tal e tinham sido incentivadas a construir novo património, através de participações comunitárias; porém, na fase actual, era necessário rentabilizar o património cultural, com menos encargos, nomeadamente através do envolvimento do tecido associativo, sublinhando que nos dois últimos anos tinha havido uma redução de 70% nos custos com eventos, mantendo-se, no entanto, uma actividade cultural constante, conseguida através de parcerias com associações e entidades privadas.

Disse que no fim-de-semana anterior tinha terminado uma iniciativa de grande sucesso, o concurso “A Alma do fado”, desenvolvido entre a Câmara Municipal e um órgão de comunicação social do concelho, onde tinham participado cinquenta intérpretes, durante seis semanas, em cada uma das freguesias, evento que, disse, tinha sido organizado com encargos muito reduzidos.

Referiu o Senhor Vice-Presidente que no início do mandato tinham sido os Vereadores com poderes delegados a pressionar os trabalhadores para que houvesse diminuição dos custos e a lançar a discussão sobre aquela matéria, tendo tal trabalho resultado, pois os trabalhadores da Câmara tinham assumido a nova forma de actuação, e apresentavam regularmente propostas de redução de custos.

Mais disse o Senhor Vice-Presidente que ao nível do urbanismo estava em curso um processo de desmaterialização de processos, que se previa estar operacional no final do primeiro trimestre de 2012, e que permitiria uma redução de 30% a 40% no tempo de resposta, uma vez que a tramitação dos processos passaria a ser electrónica, teria maior velocidade e permitiria maior qualidade de informação aos técnicos que analisavam propostas, uma vez que teriam acesso a um sistema de geo-referenciação dos projectos, acrescentando que estavam a ser introduzidas ferramentas que diminuiriam o grau de subjectividade na análise de processos.

Continuando no uso da palavra, disse o Senhor Vice-Presidente que o novo Plano Director Municipal estaria completamente terminado do ponto de vista técnico no final do primeiro semestre de 2012.

Disse que, ao nível económico, poder-se-ia adaptar as taxas de prestação de serviços aos custos reais e tal operação ajudaria a resolver os problemas económicos, no entanto, e em alternativa à subida dos preços estava a ser feito um esforço de diminuição dos custos, referindo, a título de exemplo, que ao nível do desporto, não tinha sido feita a renovação dos contratos a termo, o que tinha implicado a saída de dez colaboradores, e tinha sido feita uma reorganização do serviço, passando também os operadores das piscinas a dar apoio a mais do que um equipamento, permitindo uma redução de custos ao nível dos recursos humanos.

Mais disse o Senhor Vice-Presidente que tinham sido feitas diligências junto da EDP Gás para que o ramal de gás se prolongasse até à piscina de Campo, de modo a que aquele equipamento fosse



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

abastecido com gás de cidade e se conseguisse uma redução no consumo do gás de cerca de 60 mil euros por ano.

Sublinhou o Senhor Vice-Presidente que o mais importante era a mudança de mentalidades e a forma de actuação e que as manifestações constantes de propostas de redução de custos apresentadas pelos trabalhadores da Câmara eram a prova de realização desse trabalho.

Interveio o Senhor Vereador, **Eng.º João Ruas**, dizendo que a sua intervenção não tinha visado a análise da gestão do dia-a-dia da Câmara Municipal, mas sim questões macro, referindo que a informatização dos processos tinha sido imposta por lei.

Disse que a sua preocupação não se prendia com a gestão diária da Câmara, que, disse, dava trabalho, mas sim com os grandes objectivos da Câmara e com a definição da política geral do Município.

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

Presente à Câmara o resumo diário da tesouraria do dia anterior que acusa um total de disponibilidades de um milhão, setecentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e dois euros e quarenta e quatro cêntimos.

APROVAÇÃO DAS ACTAS

Foram retiradas as actas de 29.09.2011 e 04.10.2011.

2 - PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE PROTOCOLOS CULTURAIS COM AS ASSOCIAÇÕES CONCELHIAS – 2ª FASE” – APROVAÇÃO

Presente à Câmara Municipal o processo referente ao assunto versado em epígrafe, o qual foi objecto da informação n.º 091/EA-DC/2011, de 2011.10.13, elaborada pela Técnica Superior, Dr.ª Ilda Pinto Correia, do teor seguinte:

“Na sequência do trabalho associativo que o Município de Valongo tem desenvolvido e ainda de acordo com a informação 61/EA-DC/11 de 04.07.2011 que mereceu a aprovação da Exm.ª Câmara de 21.07.2011, vimos pelo presente dar continuidade à celebração de protocolos culturais com as seguintes associações, que entretanto já reúnem as condições necessárias ao mesmo.

Passamos a apresentar:

1. Grupo Dramático e Musical de Campo, com estatutos publicados no D. R. nº 102, III Série, nº4, contribuinte nº 501 350 934, **o pagamento de 1.310€, (mil trezentos e dez euros), isentos de IVA**, pela apresentação das seguintes actividades:

- Animação infantil para dois dias, (3 horas cada), com modelagem de balões e pinturas faciais;



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

- 2 participações de cantores amadores para eventos, inaugurações e espectáculos;
- participação na Mostra de Teatro Amador 2011.

2. Grupo Zés Pereiras Lusitanos, com estatutos publicados em D.R. nº 115 de 18-05-2001, III Série, Contribuinte nº 504 777 378, **o pagamento de 1.000€, (mil euros), isentos de IVA**, pela apresentação de **dois espectáculos** do Grupo Zés Pereiras.

3. Rancho de Santo André de Sobrado, com estatutos publicados no D.R. 149 de 01/07/1989, III Série, contribuinte nº 502200995, **o pagamento de 500€, (quinhentos euros), isentos de IVA**, pela apresentação de um espectáculo de ranchos.

4. Rotary Club de Valongo, com estatutos publicados no D.R. de 27/06/2008, contribuinte nº 508 581 826, **o pagamento de 1.400€, (mil e quatrocentos euros) isentos de IVA**, pela apresentação de uma actividade cultural no âmbito da valência da Universidade Sénior;

- participação na Mostra de Teatro Amador 2011

Solicita-se à Divisão Financeira que os valores a pagar às associações no âmbito deste protocolo possam ser efectuados parceladamente.

Tem competência para decidir sobre o assunto, a Exm.^a Câmara Municipal ao abrigo do art.º 64, nº 4, alínea b), da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5–A/2002 de 11 de Janeiro de 2002.”

Sobre o assunto a Exm.^a Senhora Directora do DCTPHJD, Dr.^a Isabel Oliveira, prestou a seguinte informação:

“Ao Exm.º Senhor Vice-Presidente, Dr. João Paulo Baltazar. Concordo com o proposto.

Trata-se de Associações que não integraram a proposta inicial, por não terem, à data, a documentação necessária.”

Sobre este assunto o Exm.º Senhor Vice-Presidente, Dr. João Paulo Baltazar, proferiu o seguinte despacho:

“Concordo, ao Sr. Presidente para agendar na próxima reunião.”

Ainda sobre este assunto o Exm.º Sr. Presidente da Câmara proferiu o seguinte despacho:

“Concordo.

Elabore-se minuta para ser presente à reunião de Câmara”.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.^a Maria José Azevedo**, perguntando se as verbas a atribuir às associações poderiam ser de imediato disponibilizadas ou integrariam o lote da dívida.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que a dívida que existia até ao final de Agosto e que servia de suporte ao pedido de empréstimo previsto no Plano de Saneamento Financeiro tinha sido fechada e, desde então, a Câmara tinha vindo a pagar os seus compromissos de acordo com as disponibilidades de tesouraria.

Depois de apreciado o assunto foi deliberado, nos termos do art.º 64º, nº 4, alínea b) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, por **unanimidade**,



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

autorizar a celebração de protocolos culturais com as Associações Concelhias, nos termos expostos na supracitada informação.

3 – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DATADA DE 20.10.2011.

ADENDA AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO PARA SANEAMENTO FINANCEIRO, COM A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, NO MONTANTE DE 12.500.000,00€. ALTERAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS.

Presente à Câmara a informação n.º 40/DF/2011, de 3 de Novembro de 2011, cujo teor se transcreve:

“Em 22 de Março de 2011, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, procedeu à aprovação da contratação do empréstimo de longo prazo para saneamento financeiro, até ao montante de 12.500.000,00 €, com a Caixa Geral de Depósitos, procedendo igualmente à aprovação do Plano e Estudo de Saneamento Financeiro, tendo o respectivo processo sido devidamente remetido para visto do Tribunal de Contas em 07/04/2011.

Entretanto, face à alteração material das condições de mercado, nomeadamente no que respeita ao *spread* em vigor para operações que configuram níveis de risco e maturidade tais como os da presente operação, torna-se necessário efectuar um reajustamento das condições financeiras contratuais que figuram no contrato inicialmente celebrado.

De facto, no período que medeia entre a entrega da proposta de empréstimo (18/10/2010) e a data actual, a alteração da notação de *rating* de longo prazo atribuída pelas agências internacionais assim como o pedido de assistência financeira ao exterior, obrigam a que seja efectuado um reajustamento nas condições contratuais iniciais.

Deste modo, a instituição bancária apresentou uma alteração às cláusulas contratuais, propondo que a taxa de juro nominal aplicável a cada um dos períodos de juros seja agora acrescida de uma margem de 4,90%, em substituição das condições anteriormente apresentadas. Para o efeito, deverão as actuais condições ser formalizadas através de Adenda ao Contrato inicialmente celebrado, seguindo em anexo à presente informação. A Adenda em apreço procede ainda à rectificação da data do contrato de “31 de Março de 2010” para “31 de Março de 2011”, conforme solicitado pelo Tribunal de Contas, onde o processo aguarda visto.

Mais se informa que, de modo a validar a referida Adenda ao Contrato, a mesma terá de ser igualmente submetida a visto do Tribunal de Contas, juntamente com o Contrato original.

Relativamente ao Contrato celebrado com o Banco Dexia Sabadell, Sucursal em Portugal, SA, o mesmo apresentou igualmente uma alteração de *spread* idêntica à da Caixa

Geral de Depósitos, sendo que entretanto desistiu definitivamente da operação, tendo a Autarquia de efectuar nova consulta de mercado.

A competência para autorizar as alterações às condições contratuais do empréstimo para saneamento financeiro é da Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sob proposta da Câmara, mediante a alínea a) do n.º 6 do art.º 64º do mesmo normativo legal.”

Em 03/11/2011, o Exmo. Senhor Vereador emitiu o seguinte despacho: “Concordo. À consideração do Exmo. Senhor Presidente para autorização da elaboração de minuta para ser presente à reunião da Câmara Municipal.”

O Exmo. Senhor Presidente da Câmara proferiu o seguinte despacho: “Concordo. Elabore-se minuta para ser presente à reunião de Câmara.”

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que havia sido entendido pelo gabinete jurídico propor à Assembleia Municipal um conjunto de condições gerais que permitissem a procura de um empréstimo complementar, uma vez que o banco Dexia havia saído do processo, no entanto, no decorrer da última sessão da Assembleia Municipal, tinha sido entendido que o processo não deveria decorrer daquela forma e que seria necessário iniciar um novo processo, nomeadamente, quanto à parte do empréstimo que já não estava garantido.

Disse o Senhor Vereador que a proposta em discussão visava revogar a deliberação tomada em 20 de Outubro de 2011 e propunha a aprovação da adenda ao contrato a celebrar com a Caixa Geral de Depósitos, uma vez que tinha havido necessidade de alterar a data do contrato, bem como do spread, que tinha passado de 3,9% para 4,9%.

Referiu o Senhor Vereador que o Senhor Presidente da Câmara tinha já dado autorização para se iniciar um novo processo de consulta ao mercado, a fim de junto da banca, tentar a concessão de um empréstimo de 12 milhões e 74 mil euros.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Luís Catarino**, dizendo que os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista tinham viabilizado o financiamento de 25 milhões de euros para resolver a dívida de curto prazo que afectava muitas empresas e associações, decisão tomada no sentido de salvaguardar os muitos postos de trabalho em risco das empresas credoras e de ajudar o movimento associativo, depois de garantido o rigoroso controlo da verba envolvida.

Disse que os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista registavam a manifesta ligeireza e falta de cuidado com que o processo tinha sido conduzido, apesar dos sucessivos alertas daqueles eleitos.

Mais referiu o Senhor Vereador que, apesar do sucedido e pelas mesmas razões que sempre os tinham orientado naquela matéria, os eleitos pelo Partido Socialista iriam abster-se na votação e assim viabilizar a proposta.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Maria José Azevedo**, dizendo que a adenda proposta demonstrava a falta de cuidado que tinha havido naquele processo que, disse, não se justificava, porque o processo do Plano de Saneamento Financeiro e o correspondente pedido de financiamento arrastava-se havia muito tempo.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Disse que tinham sido dadas explicações relativamente à metodologia adoptada pelo Executivo, no sentido de não deixar atrasar ainda mais o processo, no entanto, tinha muitas dúvidas que o objectivo fosse atingido, pois o processo tinha nascido torto e como dizia o ditado, o que nasce torto tarde ou nunca se endireita.

Disse a Senhora Vereadora que a metodologia mais adequada seria começar o processo desde o princípio e que embora tivesse havido conversações prévias com o Tribunal de Contas, tinha dúvidas que o processo pudesse ser aprovado nas condições em que se encontrava.

Mais referiu que os eleitos pela Coragem de Mudar abster-se-iam na votação da proposta, por entenderem que o empréstimo era necessário para satisfazer as dívidas da Câmara e pelo facto do valor do empréstimo – 12.500.000,00€ aproximar-se do valor defendido por aqueles eleitos que, disse, defendiam que o empréstimo fosse feito de forma parcelar, de forma a que a Câmara pudesse garantir que, a partir de 2013, conseguiria ter capacidade para pagar os seus compromissos, sublinhando a Senhora Vereadora que tinha dúvidas que para o empréstimo de 25.000.000,00€ tal viesse acontecer.

Mais disse a Senhora Vereadora que o Tribunal de Contas teria de se pronunciar sobre o Plano de Saneamento Financeiro e sobre o empréstimo, acrescentando que para além de todas as fragilidades do documento, então apontadas pelos eleitos pela Coragem de Mudar, tinha dificuldade em perceber como iria o Tribunal de Contas aceitar o empréstimo de €12.500.000,00, que ainda não estava contratualizado e que iria caber no Plano de Saneamento Financeiro, elaborado em projecções irrealistas, e onde seria encaixado à pressão metade do financiamento.

Disse a Senhora Vereadora que, na sua opinião, salvaguardando a boa vontade de ultrapassar algumas etapas, o procedimento proposto iria atrasar ainda mais o processo.

Mais disse que os eleitos pela Coragem de Mudar eram críticos relativamente à metodologia proposta e que lamentava que a proposta não tivesse sido acompanhada de parecer jurídico do Senhor Dr. Bolota Belchior, jurista que tinha acompanhado o processo, acrescentando que o Senhor Dr. Bolota Belchior deveria pronunciar-se expressamente sobre o mesmo, uma vez que ele próprio tinha efectuado consultas junto do Tribunal de Contas.

Disse, ainda, a Senhora Vereadora que era demais pedir aos membros da Câmara para votarem favoravelmente uma proposta daquela natureza sem que houvesse um parecer jurídico, sendo de opinião que a mesma deveria ter sido acompanhada de um documento dessa natureza, do Senhor Dr. Bolota Belchior, jurista conceituado e avençado da Câmara, precisamente por causa de todas as debilidades do processo.

Sublinhou a Senhora Vereadora que do ponto de vista metodológico o processo tinha muitas fragilidades, no entanto, os eleitos pela Coragem de Mudar manteriam o voto de abstenção, não porque não concordassem com a contracção do empréstimo, pois era necessário pagar aos credores, mas porque não concordavam em absoluto com a metodologia que havia sido seguida.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que a metodologia adoptada tinha sido acompanhada e validada pelo Senhor Dr. Bolota Belchior.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Disse o Senhor Vereador que dadas as circunstâncias, poder-se-ia garantir o empréstimo de €12.500.000,00 com as condições impostas pela Caixa Geral de Depósitos, acrescentando que o Tribunal de Contas em princípio validaria todo o processo, quando houvesse financiamento global.

Mais disse o Senhor Vereador que o Plano Saneamento Financeiro era da Câmara Municipal estava em execução independentemente do empréstimo, e que tal documento serviria para o Tribunal de Contas validar os pedidos de contratação dos empréstimos.

Sublinhou o Senhor Vereador que se tratavam de dois processos distintos, uma vez que o Plano de Saneamento Financeiro estava em vigor, quer na revisão do orçamento para 2011, quer na proposta de orçamento para o ano de 2012.

Mais referiu que dado o conjunto de circunstâncias e de forma a se tentar manter o processo junto do Tribunal de Contas, seria garantido o empréstimo a contratar com a Caixa Geral de Depósitos, estando já a ser trabalhada a consulta ao mercado para contracção do segundo empréstimo.

Analisado devidamente o assunto foi deliberado por **maioria**:

1. Revogar a deliberação da Câmara Municipal datada de 20/10/2011 que recaiu sobre o “Pedido de autorização para contratação de empréstimo de longo prazo, até ao montante de 25.000.000,00 €, para saneamento financeiro.”
2. Submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal a Adenda ao Contrato de Empréstimo para Saneamento Financeiro, do montante de 12.500.000,00 €, celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 53º, conjugado com a alínea a) do n.º 6 do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Abstiveram-se os Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Dr. José Luís Catarino, Dr.ª Luisa Oliveira e Dr. José Miranda, bem como os Senhores Vereadores eleitos pela Coragem de Mudar, Dr.ª Maria José Azevedo e Eng.º. João Ruas.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a constar, foi encerrada a reunião quando eram onze horas e vinte minutos. Para constar se lavrou a presente acta, que depois de devidamente aprovada, será por mim assinada, Directora do Departamento de Administração Geral e Modernização Administrativa, Helena Justa Ferreira Moreira de Oliveira. _____